

## ***URBANO E A DEPENDÊNCIA: A METROPOLIZAÇÃO PERIFÉRICA***

**CARLOS SANTOS\***

**RESUMO:** O novo urbano é caracterizado por uma nova forma de relação social, lastreada no princípio jurídico da propriedade privada, em substituição à servidão, que é o assalariamento. O urbano moderno é concomitante ao ressurgimento das cidades. A retornada das práticas mercantis tia Europa Ocidental, a partir do século XIII, revitalizou os núcleos urbanos europeus e ajudou a erodir o feudalismo. Mas o urbano, na verdade, enquanto uni corte radical na relação homem/natureza, dentro de uma profunda revolução social, acontecida no neolítico desde uns dez mil anos, implicou em várias mediações, notadamente a instituição do Estado.

**PALAVRAS – CHAVE:** Praticas mercantis, Relação Social, Servidão e Propriedade privada.

**ABSTRACT:** The new urban is characterized by a new form of social relationship, anchored in the legal principle of private ownership, instead of a servitude, which is the formal wages. The modern urban is concomitant resurgence of cities. The returned market practices in Western Europe, from the 13th century, revitalized the European urban cores and helped to erode the feudalism. But the urban, in fact, while radical in the relationship man/nature, within a deep social revolution, since each case in the Neolithic ten thousand years, resulted in several mediations, notably the institution of the State.

**KEYWORD:** Market Practices, Social Relationship, Servitude and private property.

O urbano moderno é concomitante ao ressurgimento das cidades. A retornada das práticas mercantis tia Europa Ocidental, a partir do século XIII, revitalizou os núcleos urbanos europeus e ajudou a erodir o feudalismo. Mas o urbano, na verdade, enquanto uni corte radical na relação homem/natureza, dentro de uma profunda revolução social, acontecida no neolítico desde uns dez mil anos, implicou em várias

mediações, notadamente a instituição do Estado.

O fenômeno urbano instaurou o modo de produção asiático, inaugurando o processo civilizatório da humanidade, processo que chegou ao auge na antiguidade, na Grécia e principalmente, com os romanos. Em seguida, sofreu uma profunda decadência com o desmoronamento do império romano; ensejando, assim, a era feudal. Nessa época, o centro de gravidade econômica voltou para o campo, produzindo na Europa Ocidental uma brutal regressão. O reflorescimento do comércio e das atividades tipicamente urbanas, ou seja, o retorno da dinâmica econômica do âmbito rural para as cidades, notadamente nos burgos, guetos formados pelos servos refugiados do campo, irá implantar uma nova estrutura sócio-econômica; isto é, a fase inicial de um novo modo de produção: o mercantilismo.

O novo urbano é caracterizado por uma nova forma de relação social, lastreada no princípio jurídico da propriedade privada, em substituição à servidão, que é o assalariamento. Constituindo, assim, uma estrutura social cuja divisão básica se dá entre proprietários de meios de produção e possuidores de força de trabalho. Essa nova forma de organização social visando a produção econômica, centrada na cidade, se torna motor do urbano, atingindo sua fase madura com a revolução industrial. Esse evento significou a passagem da manufatura artesanal (de cunho ainda rural), para a grande indústria, produção em massa, tipicamente urbana, exigindo progressiva aplicação do conhecimento técnico-científico, a razão instrumental, no desenvolvimento das forças produtivas. Porém, a produção em si não é a finalidade do processo capitalista. A produção em questão busca, na verdade, valorizar o capital-dinheiro a partir da sub-remuneração da força de trabalho; isto é, a geração da mais valia. O que significa a produção de mercadorias com o objetivo de multiplicar o investimento inicial, pelo mecanismo do valor-trabalho não pago, ou seja, o processo de acumulação em si. Desse modo, é visando a manifestação física de um novo formato econômico-social, o modo de produção capitalista, que, em função do qual, um espaço correspondente é moldado. Esse artefato, condicionado para viabilizar o processo de acumulação se realiza, ou seja, ganha concretude

material, através de um novo contexto espacial, — a cidade moderna.

Assim, a urbanização moderna implica numa organização espacial voltada para a produção capitalista. Por conta dessa nova funcionalidade, a cidade moderna, face à racionalidade capitalista, de índole concentradora (o fenômeno a segregação), tende a tomar dimensões gigantescas. Tal hipertrofia urbana se manifesta no processo de metropolização, responsável pelas megalópoles.

Dentro da clássica evolução capitalista dos países desenvolvidos, o crescimento das atividades inerentes à produção econômica urbana absorvia boa dose dos contingentes migrados do campo, deslocados pela nova ordem rural (concentração fundiária e mecanização). Porém, tratando-se da realidade de países cuja evolução capitalista se dá de forma complicada, levando-se a considerá-los subdesenvolvidos, o processo de urbanização demonstra especificidades. Em outros termos, esses países são considerados como estando na condição de dependentes face ao contexto capitalista desenvolvido. Assim, será discutida, a seguir, a forma como, no caso da América Latina, se desenvolve, com suas particularidades inerentes, o processo de urbanização, visando entender as características da formação de sua metropolização.

### **I — O Fenômeno da Dependência**

A tese de subordinação econômica de países de capitalismo incipiente, ou tardio, marcado por forte peso dos setores primário e terciário, aos centros de capitalismo amadurecido, classificados de desenvolvidos, recebeu um tratamento teórico-conceitual sintetizado pelo termo *dependência*.

As raízes desse pensamento se entranham no solo das discussões sobre a relação entre comércio internacional e desenvolvimento. Duas básicas vertentes podem ser aludidas para a abordagem da dependência: a clássica (ou neoclássica), desde a tradicional base ricardiana das vantagens comparativas, e a marxista, que considera o mecanismo de expansão do capital e do sistema produtivo como mais importante do que o processo de trocas.

A configuração da problemática da dependência se dá a partir de uma dialética sócio-espacial entre um centro economicamente desenvolvido e sua periferia virtual ou realmente se encaminhando para tal. Nesse caso, o que define o caráter desse desenvolvimento? É evidente que o parâmetro de desenvolvimento em questão é aquele considerado, a princípio, em função do grau de industrialização obtido por um dado país (fato que serve para a avaliação de uma série de variáveis sócio-econômicas). O que significa a implantação de uma dinâmica de urbanização, ou seja, uma reorganização vigorosa do espaço territorial, em virtude da alocação de controles sócioeconômico-políticos a partir dos centros urbanos, o que praticamente acaba abolindo a clássica separação campo-cidade (dado o grau de condicionamento industrial do campo).

Desse modo, a questão a ser resolvida é como produzir a industrialização, ou, melhor dizendo, face às implicações sociais, como urbanizar a periferia nos moldes do centro. E aí surge o ponto crucial desse processo. Pois, trata-se de como elaborar de modo planejado a escalada industrial, reunindo os ingredientes necessários a partir de um modelo consagrado.

No caso da América Latina, essa problemática ganhou relevância com a ação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). As teses centrais defendidas pela CEPAL inspiravam-se nas formulações do economista Raul Prebisch e de seus colaboradores cepalinos. Essas conceituações giravam em torno de idéias como a de que não existindo uma universalidade do progresso técnico, esse fato implicaria na problemática da desvantagem das trocas comerciais. Isto é, as relações econômicas entre desenvolvidos e subdesenvolvidos significavam uma progressiva perda para os segundos. Quer dizer, aconteceria uma deterioração dos termos de troca por conta dos preços mais altos dos produtos industrializados em relação aos produtos primários. O modelo teórico da CEPAL, no entanto, não considerava como atenuante o pressuposto das vantagens comparativas.

A ênfase fundamental do discurso cepalino, portanto, era a da

manutenção do quadro de subdesenvolvimento nos países periféricos por força do aludido mecanismo. Desse modo, a tendência do contexto internacional em questão seria o de colocar em situação de dependência os países do então chamado terceiro mundo. Em consequência ficaria extremamente difícil romper o ciclo myrdalino (pobreza gerando mais pobreza) do subdesenvolvimento dada a precariedade da formação de um padrão de *financiamento*. De vez que a lógica em tela ensejaria uma medíocre acumulação na periferia. Frente a esse obstáculo, abre-se o debate sobre a necessidade de políticas específicas visando a promoção de uma acumulação (poupança) que deflagre o desenvolvimento.

A discussão do subdesenvolvimento, por outro lado, contava com outras argumentações. Dentro de um viés liberal, havia a crítica de Gunnar Myrdal, fundada na tese da *causação circular e cumulativa* que previa um círculo vicioso de pobreza, cuja quebra exigiria uma intervenção vinda de fora do circuito. Mas esse argumento se baseava num contexto eminentemente tradicional, isto é, tipicamente camponês, bastante desurbanizado, como era na época (antes da Segunda Guerra) certas regiões do continente asiático. Assim, tratando-se da situação latino-americana, possuidora de um razoável gradiente de urbanização, teria mais a ver o argumento de Ragner Nurkse, que recomendava a expansão do mercado interno em função de uma combinação de investimento, dinamismo empreendedor e produtividade. Modelo conhecido como *teoria do crescimento equilibrado*. Outra proposta veio de Albert Hirschman, cuja concepção diferia da tese do equilíbrio. Hirschman sustentava um modelo baseado no mecanismo dos *efeitos em cadeia para frente e para trás*. Para tanto, defendia o planejamento e a intervenção estatal na economia, visando a otimização dos recursos e das oportunidades disponíveis. Tais teses se constituíam obviamente em caminhos alternativos e conservadores para o desenvolvimento, perante a via proposta pela CEPAL.

Dentro da matriz marxista, a questão do subdesenvolvimento, na concepção leninista do capitalismo como força imperialista, se destaca dois enfoques. As formulações de Maurice Dobb, de forte viés ortodoxo, admitindo a expansão progressiva do capitalismo para a periferia

por conta da *tendência à baixa dos lucros* no centro, é uma análise. Outra corrente é a defendida por Paul Baran, que enfatiza o problema da estreiteza do mercado, vale dizer, da escassez de capitais, chamando atenção, também, para a aplicação inadequada do excedente econômico. Para Baran, enfim, o desenvolvimento das forças produtivas na periferia, a partir de recursos próprios, só seria possível através de uma *revolução socialista*. Outras contribuições da via crítica são as de Arghiri Emmanuel com seu enfoque no *intercâmbio desigual* (semelhante ao da CEPAL): como também a posição de Charles Bettelheim com sua crítica àquele ao mostrar que a desigualdade econômica funda-se, sobretudo, no caráter de *exploração social do próprio capital*.

Em suma, as correntes arroladas acima indicam que a discussão sobre o subdesenvolvimento envolveu várias interpretações ideológicas, mostrando que no âmbito da CEPAL a análise das particularidades do caso latino-americano não fugiu dessa herança, em que pese as novas concepções desbravadas por seus pesquisadores. Nesse sentido, Cardoso (1993:70), de modo sucinto, acentua seu papel inovador:

A comparação entre as análises feitas pela CEPAL sobre o comércio internacional e o desenvolvimento e as prevalentes no mundo acadêmico àquela época (década de 1950) mostra que houve originalidade nas formulações cepalinas. Críticas posteriores, embora reconhecendo, em geral, o avanço cepalino às teorias neoclássicas e marginalistas, procuravam limitar a novidade do pensamento latino-americano, mostrando que suas formulações teóricas ficaram aquém do que Marx dissera um século antes. O argumento pode ser certo no que se refere aos problemas criados pela industrialização na periferia e às críticas que a teoria vigente sobre comércio internacional impunha àquela. As formulações cepalinas têm óbvias raízes no pensamento clássico e no marxismo e estão permeadas por linguagem keynesiana. Esta ambiguidade dificulta a determinação do quadro teórico em que se move a análise.

## II — A Dependência e a Urbanização Latino-Americano

Manuel Castells em seu célebre trabalho *Ler Oriestion Urbuine* (A Questão Urbana), ao examinar o processo urbano na América Latina endossa o caráter dependente de sua urbanização. Para Castells (1972:77), " en effet, comine le signale Anibal Quijano. la relation Qui lie Furbanisation latino-americaine à l'industrialisation n'est pas un rapport technologique suscité par des implantations industrielles localisés, mais un effet des caractéristiques de ('industrie du pays. ainsi que des services, en tant qu'exerçant une fonction économique dans l'ensemble d'un système plus large" (Com efeito. como assinala Anibal Quijano. a relação entre a urbanização latino-americana e o processo de industrialização não resulta do impacto tecnológico gerado pela implantação de parques industriais estrategicamente localizados, mas é efeito das características tanto do estágio industrial do país como também das de seu setor de serviços, em função da influência de um sistema econômico mais amplo). Ou seja. a urbanização latino-americana é um processo induzido pela dinâmica industrial dos países centrais, ela não se desenvolve a partir do crescimento do setor secundário local, mas sim por conta de urna complementaridade de ordem mercantil dentro do sistema internacional. Portanto. Castell se afina com as concepções da CEPAL.

Seguindo essa ótica, Castells caracteriza a urbanização latino-americana com os seguintes traços: 1) Descompasso entre população urbana e produtividade do sistema. 2) Ausência de relação direta entre emprego industrial e urbanização, porém estreita ligação entre produção industrial e crescimento urbano. 3) Forte desequilíbrio na rede urbana, propiciando o surgimento do fenômeno da macrocefalia, isto é, tendência ao domínio de uma única aglomeração urbana que passa a concentrar a maioria da população. 4) Progressiva aceleração do processo de urbanização anômala. 5) Precária disponibilidade de ocupação e de assistência aos novos migrantes. induzindo o fortalecimento da segregação sócio-espacial com a consequente polarização social.

Portanto, o contexto latino-americano ao ser inserido no modo de vida industrial desenvolveu de forma alométrica a sua dinâmica econômica; o que significa dizer que houve uma hipertrofia do consumo, enquanto atividade terciária, sem uma correspondente base produtiva. Sendo assim, unia

vasta área do setor terciário se compõe de ocupações sub-remuneradas, aparecendo, então, o fenômeno do subemprego ou, pela dimensão das atividades informais, do desemprego mascarado.

Essa situação de dependência tecnológica, ou melhor, de assimetria de produtividade, ou, ainda, de indução de demanda, tem sido a norma para os países periféricos, como afirma outro especialista. Milton Santos (1982:182-3):

Sem embargo, no curso da história do Terceiro Mundo, só o período tecnológico padeceu de uma difusão generalizada de duas de suas variáveis elaboradas no centro. São elas a difusão da informação e a difusão do consumo. O fenômeno, mais perceptível na América Latina do que em outras partes, traz consigo, com certeza, uma tendência às migrações. Essa tendência afeta uma boa parte da população, ainda que a revolução dos transportes tenha facilitado a difusão de alguns bens e serviços. Por outro lado, o Estado não é e nem pode ser indiferente às novas necessidades criadas, sobretudo porque elas não estão ao alcance da maioria dos indivíduos. Há que proporcionar, gratuitamente ou a custo mínimo, certo número de serviços, como saúde e educação, que cumprem uma função de fixação, ao menos provisória. Daí - ser a distribuição de bens e serviços, que implica uma dimensão mínima da aglomeração, responsável pela criação de pequenas cidades no interior, enquanto a concentração da produção, com a criação de monopólios, explica as macrocefalias.

### III— A METROPOLIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

Paul Singer faz uma análise do processo urbano latino-americano a partir de uma crítica à Castells e à Quijano, considerando a abordagem de ambos de caráter corriqueiro no âmbito dos estudos acadêmicos do fato em questão, e propondo-se a buscar uma explicação mais consistente, porquanto mais global, na análise das condições do desenvolvimento capitalista.

O autor argumenta que a aceleração da urbanização se dá de modo concomitante às transformações capitalistas na estrutura econômica dos países, e que o caráter e o *locas* dessas transformações necessariamente são



inerentes ao urbano. Vale dizer, é a partir das cidades que o impacto das transformações produz efeitos. E quais são os efeitos em causa?

Para Singer, é ponto pacífico que o desenvolvimento das forças produtivas implica em urbanização. A velocidade maior do processo no caso latino-americano se deve ao vertiginoso crescimento populacional do continente nos pós-guerra e à dinâmica de expulsão atuante nas áreas rurais, produzindo fluxos migratórios. Porém, a própria urbanização, se de um lado contribui para o crescimento vegetativo ao reduzir a mortalidade, de outro tende a frear a fertilidade, dado o acesso maior à informação.

O processo migratório, segundo o autor em tela, obedece a dois fatores. O primeiro está por conta de medidas de saneamento da área rural, das campanhas de vacinação e do uso de antibióticos. Tais medidas preventivas ao contribuir para o aumento demográfico implicam em forte pressão sobre a terra, provocando expulsão. O segundo fator apóia-se no impacto das novas relações de produção no campo, resultando numa reestruturação agrário-fundiária. Esses fatores podem ser respectivamente, definidos em termos de estagnação e mudança. Tais transformações trazidas pela modernização capitalista ao meio rural acabam por anular a mais antiga diferenciação espacial, isto é, a dicotomia campo-cidade.

Seguindo o curso das razões acima, Singer argumenta que não há uma relação direta entre o fenômeno da dependência e a aceleração da urbanização latino-americana. A magnitude de tal urbanização não deveria ser a preocupação principal. As duas variáveis básicas do processo, ou seja, a estagnação e a mudança são o que interessariam para a explicação. Quer dizer, a dinâmica dos processos produtivos é que têm a ver com a urbanização. Assim, na medida em que o setor de subsistência perde sua capacidade de reter população no campo, deflagram-se fluxos migratórios. E, por sua vez, se as mudanças nas forças produtivas não absorvem o crescimento populacional, também são gerados movimentos de migração. O resultado é rápida urbanização e forte concentração urbana.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARDOSO. F. H. 1993. As Idéias Fora do Lugar. Petrópolis. Vozes.

CASTELLS. M. 1973. La Questio Urbaine. Paris. Maspero.

SANTOS. M. 1982. Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana. São Paulo.

HUCITEC

SINGER. P. 1987. Economia Política da Urbanização. São Paulo. Brasiliense.